

-----ATA N.º 4/2025 -----

-----Aos vinte e seis dias, do mês de setembro, do ano de dois mil e vinte e cinco, pelas catorze horas e trinta minutos, no Salão Nobre dos Paços do Município de Celorico da Beira, reuniu Ordinariamente a Assembleia Municipal, sob a presidência da Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Maria Antónia Melo e Sá Lucas da Silva Rodrigues.-----

-----Verificada a existência de quórum para funcionamento da Assembleia Municipal, a Senhora Presidente da Mesa, secretariada pelos Senhores Deputados Luís Alberto Pereira Nunes Lourenço Marques e Joaquim Lopes de Abreu, na qualidade de primeiro e segundo secretários, respetivamente, declarou aberta a sessão. -----

-----Depois de cumprimentar todos os presentes, a Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** agradeceu ao público presente e aos que assistiam à transmissão *online* desta Sessão. -----

-----De seguida, deu conhecimento que a Senhora Deputada Mariana Flor Neves dos Santos informou, via correio eletrónico, com registo de entrada número sessenta e sete, datado de vinte e três de setembro de dois mil e vinte e cinco, que iria estar ausente no período compreendido entre os dias vinte e dois e vinte e nove de setembro, tendo solicitado a sua substituição. Nos termos da Lei, foi convocado o membro seguinte da lista do PSD, a Senhora Deputada Ana Rita Cardoso dos Santos. -----

-----Comunicou, ainda, que o Senhor Deputado José Miguel Neves Figueiredo informou, que iria estar ausente no período compreendido entre os dias vinte e cinco de setembro e vinte e nove de outubro, via correio eletrónico, com registo de entrada número sessenta e oito, datado de vinte e quatro de setembro de dois mil e vinte e cinco. Nos termos da Lei, foi convocado o membro seguinte da lista do PS, a Senhora Deputada Diana Vanessa Marques Ramos. -----

-----**Efetuada a chamada compareceram a esta sessão os seguintes membros:** -----

-----Diana Vanessa Marques Ramos, em substituição do Senhor Deputado José Miguel Neves Figueiredo;-----

-----Joaquim Lopes de Abreu; -----

-----Alexandra Isabel Henriques Sena;-----

-----Carlos Miguel da Costa Cunha;-----

-----Francisco José Pereira Marques Cabral;-----

-----Luís Alberto Pereira Nunes Lourenço Marques;-----

-----Flávio Manuel Granjal de Sá;-----

-----Cláudia Maria Geraldês Aguiar;-----

-----Isabel Maria Moura Seixo Cunha;-----

-----Ana Rita Cardoso dos Santos, em substituição da Senhora Deputada Mariana Flor Neves dos Santos;-----

-----José Jorge Silva;-----

-----Vera Patrícia Caçador de Almeida Rebelo;-----

-----António Santos; -----

-----Ricardo Jorge Almeida Coelho;-----

-----Ana Cristina Dias Pires;-----

-----Armando Augusto, Presidente da Junta de Freguesia do Baraçal; -----

-----João Filipe Ventura de Almeida Carvalho, Presidente da Junta de Freguesia da Carrapichana;-----

-----Manuel Martins da Cruz, Presidente da Junta de Freguesia de Casas do Soeiro; -----

-----Bruno Alexandre Castro de Almeida, Presidente da Junta de Freguesia do Fornotelheiro;-----

-----Rui Filipe da Fonseca Ascensão, Presidente da Junta de Freguesia de Lageosa do Mondego;-----

-----Paulo dos Santos Cunha, Presidente da Junta de Freguesia de Linhares da Beira; -----

-----André Diogo de Jesus Correia, Presidente da Junta de Freguesia de Maçal do Chão;-----

-----António Joaquim Fernandes Gomes, Presidente da Junta de Freguesia da Mesquitela;-----

-----Francisco Duarte Amaro Coito, Presidente da Junta de Freguesia de Minhocal;-----

-----João Carlos Ferreira dos Santos, Presidente da Junta de Freguesia de Prados;-----

-----Susana Maria Dias Cabral Figueiredo, Presidente da Junta de Freguesia da Ratoeira;-----

-----Filipe Miguel Rosa Guerra, Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Azares;-----

-----Rui Manuel Dias Bernardo, Presidente da União de Freguesias de Açores e Velosa;-----

-----António Carlos Nunes Gomes, Presidente da União de Freguesias de Cortiço da Serra, Vide entre Vinhas e Salgueirais;-----

-----António da Fonseca Ascensão, Presidente da União de Freguesias de Rapa e Cadafaz;-----

-----Fernando Fonseca Veiga, Presidente da União de Freguesias de Celorico da Beira (São Pedro e Santa Maria) e Vila Boa do Mondego.-----

-----**Faltou a esta sessão e não justificou a sua ausência o seguinte membro:**-----

-----Tiago Alexandre Dias dos Santos Silva.-----

-----**FALTAS JUSTIFICADAS – SESSÃO ORDINÁRIA DE VINTE E SETE DE JUNHO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO**-----

-----Após apreciar o pedido e tendo o mesmo sido apresentado no prazo estabelecido, a Mesa da Assembleia Municipal considerou justificadas as faltas dos Senhores:-----

-----Paulo dos Santos Cunha, Presidente da Junta de Freguesia de Linhares da Beira; -----

-----Fernando Fonseca Veiga, Presidente da União de Freguesias de Celorico da Beira (São Pedro e Santa Maria) e Vila Boa do Mondego. -----

-----Estiveram presentes nesta sessão, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Carlos Manuel da Fonseca Ascensão e os Senhores Vereadores José Albano Pereira Marques, José Alfredo de Almeida Silva e Maria Teresa Carvalho Campos Meireles da Cunha.-----

-----**INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

-----Nos termos do n.º 1, do art.º 21.º, do Regimento da Assembleia Municipal de Celorico da Beira, procedeu-se à abertura de um período de tempo para “Intervenção do Público”, tendo-se inscrito a munícipe Rosa Matias. -----

-----A munícipe Rosa Matias começou por expressar a sua profunda tristeza por a eleição da Junta de Freguesia do Minhocal ter transitado para plenário. -----

-----De seguida, pretendeu saber a quem pertence o edifício da escola primária do Minhocal, que se encontra num estado de degradação preocupante. -----

-----Continuou referindo que o Senhor António Sampaio do Baraçal, devido a desavenças relacionadas com partilhas, decidiu obstruir o caminho público que conduz ao Maçal do Chão e ao cruzamento de Frexes, dando também acesso a um terreno de sua propriedade. Foi utilizada uma máquina pertencente ao Senhor Joaquim Batista para remover pedras da sua propriedade e colocá-las no referido caminho. O Senhor António Sampaio e o Senhor Batista deveriam ter sido levados a tribunal, porém não tem conhecimento de que isso tenha acontecido. O País ardeu, arde e continuará a arder, porque na sua opinião os incêndios têm outros

interesses. O bloqueio dos caminhos públicos não deve ser permitido, em vez disso dever-se-iam abrir corredores de sete ou oito metros, com a colaboração da Autarquia, uma vez que as Juntas de Freguesia não têm poder para isso. Esses corredores devem permitir a passagem dos veículos dos Bombeiros e de particulares que possam ajudar, evitando que fiquem queimados. -----

-----Em relação aos parques de energia solar e eólica, referiu que em frente à sua casa existe uma propriedade rural, de familiares seus, com cinquenta e seis hectares, na qual será instalado um parque de vinte e dois hectares. Afirmou que já comunicou aos proprietários que irá verificar se existe algum estudo de impacto ambiental e, caso não exista, irá interpor uma providência cautelar. Desde que tomou conhecimento dessa situação tem andado inquieta, uma vez que a quinta é um terreno agrícola. Reflete muito sobre o legado que pode deixar aos seus filhos e netos, como a qualidade do ar que respiram, o acesso a zonas verdes, a produção de cereais ou se vão respirar painéis solares. Além disso, existe a agravante de que os angariadores dessas empresas aproximam-se dos proprietários, apresentam apenas as vantagens sem esclarecer as consequências. Leu o contrato e verificou que, na fase de construção, nos primeiros quatro a seis anos, será paga uma quantia de cem euros por ano por cada hectare, e, posteriormente, o valor passa a ser de mil e duzentos euros por hectare. Contudo não foi explicado que, ao receber a renda no final do ano, a arrendatária tem de entregar às Finanças vinte e oito por cento desse valor. É um triste legado que fica para as futuras gerações, pois afirmam que os painéis solares não poluem, mas algum nível de poluição deve existir. Nesse sentido, solicitou ao Senhor Presidente da Câmara e a todos os envolvidos que não permitam a instalação de parques solares sem a realização de um estudo ambiental, bem como proibam a instalação tanto de parques solares como eólicos em terrenos agrícolas. -----

-----Relativamente à questão dos painéis solares, o Senhor **Presidente da Câmara Municipal** afirmou que não podem pronunciar-se de forma definitiva, pois seria muita presunção substituir quem tem a responsabilidade pelos estudos. Contudo, partilha da preocupação pela incerteza e pelas possíveis consequências. Estão a atingir-se temperaturas recordes, resultado de diversos fatores, como a ação humana e a incapacidade de se controlar a natureza. Tudo isso levaria a um debate sobre quais seriam as melhores energias. Além disso, também existe a questão do lítio que gera uma série de controversas e polémicas. No passado explorava-se o carvão, o volfrâmio e outros minerais, além de se construírem barragens para a produção de energia sem a qual já não se consegue viver. Partilha a preocupação com os impactos que tudo isso pode causar na natureza, no clima e na estética da paisagem ao ver os campos cobertos por painéis solares. Da mesma forma que os cabos de alta tensão, que já existem há mais de vinte anos, podem provocar alguma radiação e efeitos negativos. De seguida, comunicou que no momento não existe nenhuma solicitação de licenciamento para a instalação de painéis solares. No entanto, quando os processos são rececionados na Câmara, as empresas precisam ter a autorização das entidades responsáveis, especialmente quando a instalação se localiza em zonas ecológicas de REN. Ademais, também necessitam de autorização da Agência Portuguesa do Ambiente e, em certos locais têm autorização para derrubar milhares de árvores consideradas espécies protegidas, como as azinheiras. Na verdade existem um conjunto de entidades governamentais que viabilizam ou não todas essas situações. Em última instância, a Câmara aprova ou não o investimento, fundamentando-se nas razões que considerarem apropriadas.

-----No que concerne à passagem na Freguesia do Minhocal para eleição através de plenário é de lamentar, mas, infelizmente, é consequência do abandono e do envelhecimento da população. No Minhocal residem cento e quarenta e quatro pessoas. -----

-----Em relação aos caminhos públicos, todos lamentam e reconhecem que, em tempos passados, no Minhocal houve desavenças entre a Junta de Freguesia e particulares. Essa situação não é exclusiva dessa Freguesia, também em outros locais, em consequência do abandono das terras e da ausência da vida que existia no passado, há pessoas que abusivamente tentam aproveitar-se. Algumas conseguem ter sucesso, enquanto outras são impedidas pela Lei. A Câmara não tem autoridade para tomar uma decisão, cabe aos tribunais pronunciarem-se, caso exista alguma ação judicial. É lamentável o abuso de fecharem caminhos para benefício próprio. Quantos mais caminhos existirem, mais seguros estão, sobretudo quando ocorrem incêndios. A ampliação de vias deve ser realizada tanto pela Junta de Freguesia, como pela Câmara, em colaboração com autoridades como o ICNF e o exército. Ao perceberem a existência de algum caminho público fechado devem denunciar a situação à referida Junta de Freguesia e, se não houver outra alternativa, recorrer aos tribunais. -----

-----Quanto à escola primária, mencionou que existem alguns edifícios que estão ao abandono e em processo de degradação. Deu como exemplo a escola primária da Rapa que após a realização de uma candidatura, encontra-se localizada na rota dos caminhos de Santiago, está em fase de conclusão, e será utilizada como local de alojamento para quem por ali passa e para futuros visitantes. Em relação à escola do Minhocal, em tempos, foi solicitada por uma Associação e a Câmara mostrou-se disponível para a celebração de um contrato de comodato, que acabou por não se concretizar. A Câmara Municipal é a proprietária desse espaço e tem a responsabilidade de zelar pelo seu património, pois o abandono leva à ruína e é necessário agir o mais rápido possível.-----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----De acordo com o disposto no art.º 22.º, do Regimento da Assembleia Municipal, a Senhora Presidente procedeu à abertura de um período de

antes da ordem do dia, destinado ao tratamento de assuntos gerais de interesse para o Município.-----

-----A Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** deu conhecimento dos assuntos tratados na reunião da Comissão Permanente, realizada no Salão Nobre dos Paços do Município. Nessa reunião concluiu-se que o périplo pelas freguesias produziu alguns resultados e que foram cumpridos alguns dos objetivos. O intuito é manter o modelo e aprimorá-lo, mas o fundamental foi alcançado com a deslocalização da Comissão Permanente, que permitiu levar o conhecimento dos assuntos da Assembleia Municipal e ouvirem a população. -----

-----De seguida, comunicou que foi acordado entre as duas bancadas, PS e PSD, que na presente sessão da Assembleia Municipal, apresentariam um Voto de Pesar conjunto pelo falecimento da Dr.ª Maria Margarida Cabral Lucas de Almeida Barros Moura, que a seguir se transcreve na íntegra: -----

-----“Voto de pesar-----

-----Foi com profundo pesar que tomámos conhecimento do falecimento da Dra. Maria Margarida Cabral Lucas de Almeida Barros Moura. -----

-----Celoricense de alma e coração, sempre afável e simpática, mas atenta, observadora e muito profissional, amou e debateu-se pelo progresso e desenvolvimento desta terra e das suas gentes, como poucos, principalmente, enquanto Presidente da Assembleia Municipal de Celorico da Beira (2005/2009).-----

-----Será recordada com saudade e muito carinho por todos os celoricenses. -----

-----A Assembleia Municipal de Celorico da Beira, e por vontade conjunta das bancadas do PS e do PSD, reunida em sessão ordinária no dia 26 de setembro de 2025, aprova um voto de pesar endereçando as mais sentidas condolências à sua família.-----

-----Celorico da Beira, 26 de setembro de 2025 -----

-----A Assembleia Municipal de Celorico da Beira.”-----

-----Seguiu-se de imediato um minuto de silêncio em memória da Dr.ª Maria Margarida Cabral Lucas de Almeida Barros Moura.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** expressou algumas palavras de reconhecimento à Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Dr.ª Antónia Lucas da Silva. Começou por dizer que embora não tenha dado início à presente legislatura, encerrou-a de forma exemplar, conduzindo os trabalhos com neutralidade e isenção nas suas funções e responsabilidades. Com um relacionamento afável e cordial, independentemente da cor partidária das bancadas, já que é normal e natural que nem sempre exista concordância, o que faz parte do processo, do confronto de ideias e da democracia. Sempre exerceu o cargo com superioridade, coadjuvada pelos membros da Mesa da Assembleia, cujo auxílio é sempre fundamental durante o processo. Está a terminar as suas funções por vontade própria, o que é compreensível, considerando outros valores que se levantam. -----

-----Agradeceu, igualmente, a todos os Deputados Municipais, alguns dos quais estão prestes a concluir o seu mandato, enquanto outros, provavelmente, continuarão na próxima legislatura. No entanto, para todos os efeitos, todos terminam quatro anos de mandato. Sempre houve elevação, educação e respeito, mesmo diante de algumas discussões mais intensas, confrontos ou discordâncias que não foram abordadas de maneira tão tranquila. Nunca permitiram que esses desentendimentos continuassem fora das reuniões, pois é fundamental manter a comunicação mesmo quando se discorda ou não se tem razão. -----

-----Expressou, também, um sentido agradecimento aos autarcas de Freguesia e a todos que os acompanham, pois são os principais intervenientes diretos com a população, que muitas vezes está distante de tudo e que frequentemente mais necessita por força do isolamento, da condição etária, social, familiar e económica. Alguns Presidentes de Junta de Freguesia que terminam os seus mandatos irão prosseguir, enquanto

outros não por imposição legal ou por escolha pessoal. Por isso, expressou um agradecimento sincero aos Senhores Presidentes de Junta André Correia que completou os três mandatos permitidos por Lei, realizando o seu melhor. Independentemente das razões políticas ou de outras, sempre houve uma proximidade e convergência, tal como aconteceu com o Senhor António Gomes. Isso não significa que houvesse uma barreira por razões políticas, uma vez que sempre existiu abertura e uma boa relação com todos. O Senhor António dedicou o seu tempo e esforço em prol da sua Freguesia. Da mesma forma, o Senhor António Ascensão chegou ao término dos mandatos como Presidente de Junta. Tanto na Freguesia de Maçal do Chão, da Mesquitela e da União de Freguesias da Rapa e Cadafaz há um trabalho meritório que merece todo o reconhecimento e gratidão. Também expressou um agradecimento ao Senhor Armando Augusto, Presidente da Junta de Freguesia do Baraçal, que decidiu não se recandidatar por vontade própria. Embora tenham tido alguns confrontos verbais, considera-o um amigo. Respeita as suas preocupações, demonstrando atenção e intervenção constantes. Sempre evidenciou uma grande mestria e merece toda a consideração, mesmo tendo sido o Deputado Municipal que mais o desafiou. Contudo, isso também contribuiu para enriquecer as sessões da Assembleia Municipal. Deixou, igualmente, um reconhecimento ao Senhor Paulo Cunha, Presidente da Junta de Freguesia de Linhares da Beira, que devido às suas responsabilidades pessoais e empresariais decidiu não se recandidatar. Durante quatro anos mantiveram uma sintonia, mesmo quando as respostas não eram as pretendidas. Linhares da Beira possui as suas especificidades muito próprias, o que, em algumas ocasiões, trazem complexidades que não existem noutras freguesias. Muitas vezes estiveram juntos no âmbito das Aldeias Históricas, e, por isso, também o seu agradecimento. -----

-----Por fim, agradeceu às funcionárias do Município responsáveis pelo serviço de atas, aos funcionários incumbidos pelo som e imagem, pelo seu profissionalismo, bem como ao público que esteve presente nas sessões

da Assembleia Municipal e àqueles que acompanharam a transmissão *online*.-----

-----O Senhor **Vereador José Albano** pediu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.-----

-----Tomando a palavra, o Senhor **Vereador José Albano** começou por dizer que dedicou muitos anos a contribuir da melhor forma que podia e sabia para o Concelho. As funções que agora termina não eram as pretendidas, pois nunca se candidatou a Vereador da oposição. Contudo é preciso saber ser democrático e aceitar os resultados eleitorais. Sempre teve a consciência de que estaria ao lado de quem se empenhasse para fazer o melhor pelo Concelho. Enfrentaram bons e maus momentos e todos aprenderam tanto nas derrotas como nas vitórias. Espera que tanto ele como a Senhora Vereadora do PS tenham contribuído para elevar o debate no Executivo Municipal, exercendo, frequentemente, uma oposição mais construtiva do que negativa. Independentemente das cores políticas, devem tentar fazer o melhor para o futuro de Celorico da Beira. O seu partido tem as suas ideologias a nível nacional, no entanto, a nível local vota-se nas pessoas e nos projetos mais interessantes para o desenvolvimento do Concelho. Sente que tem uma dívida de gratidão para com a bancada do Partido Socialista, não apenas pela atuação recente, mas ao longo de muitos anos, pela presença constante, perseverança na luta e demonstração de que vale a pena continuar a trabalhar por Celorico. Agradeceu, também, à bancada do PSD, que apesar de serem adversários políticos, nunca serão inimigos políticos. Cumpriram o seu trabalho, defenderam os seus projetos e contribuíram para o desenvolvimento de Celorico da Beira.-----

-----Expressou um agradecimento aos cinco Presidentes de Junta de Freguesia que terminam os seus mandatos. Todos, em diferentes momentos da vida, partilharam caminho consigo, o que demonstra que ao

terminarem essas funções mereceram a confiança das suas freguesias e das pessoas que os elegeram. Alguns deixam a vida política por imposição legal e, outros por vontade própria, decidiram passar o testemunho às gerações mais jovens. Contudo, espera que seja apenas uma pausa temporária, para que nunca abandonem os seus projetos, ideias e a experiência que pode ser colocada ao serviço de todos os celoricenses.-----

-----Disse, ainda, que se encontra no final do seu mandato e não vai continuar em funções. Em relação ao Senhor Presidente da Câmara mencionou que tiveram as suas quezílias, possivelmente, porque não estavam preparados para lidar com circunstâncias que enfrentaram ao longo do tempo. Porém, acredita ter aprendido com a derrota nos atos eleitorais que consagraram o Senhor Presidente como Presidente de Câmara Municipal. Considera que o Senhor Presidente também aprendeu a ser mais tolerante e a aceitar as suas ideias de maneira diferente. Acredita que as novas equipas e os novos elementos irão fazer um trabalho profícuo em prol dos interesses do Concelho. O destino de Celorico da Beira está sempre nas mãos do eleitor, pois o voto é sagrado e é uma arma que o povo tem. Portanto nas eleições do dia doze de outubro todos farão as suas escolhas de forma consciente. -----

-----De seguida, afirmou que embora a Senhora Presidente da Assembleia Municipal não continue a exercer as suas funções, espera que continue ligada ao Concelho de Celorico da Beira, pois é uma celoricense e acredita que os talentos devem sempre fazer parte da origem. Mesmo que não residam no Concelho continuam a esforçar-se para que os celoricenses possam ambicionar um futuro melhor.-----

-----Por fim, deixou um reconhecimento a todos e, especialmente, àqueles que os ouvem em casa. Agradeceu por todos os anos de luta, partilha de experiências e pela capacidade de muitas vezes só conseguirem dar valor, quando passam por diferentes etapas da vida política. Expressou votos de felicidades a todos aqueles que forem eleitos no dia doze e desejou que desempenhem um bom trabalho.-----

-----Questionados os presentes sobre a pretensão de intervir, foi dada a palavra ao Senhor **Deputado Luís Marques** que começou por agradecer aos funcionários e técnicos da Câmara Municipal, destacando que foi graças à sua competência e conhecimento que, durante quatro anos, as sessões da Assembleia Municipal decorreram de forma correta, sem hiatos e sem ruturas.-----

-----De seguida, agradeceu aos Senhores Deputados de ambas as bancadas e a todos os Senhores Vereadores que, ao longo de quatro anos, debateram ideias, sem atacar pessoas, sempre com urbanidade, de uma forma correta, exemplar e democrática. Sempre foram capazes de distinguir o essencial do acessório, sabendo identificar o que os une e o que os separa. Celorico da Beira é o ponto de união e o ponto de divergência é a metodologia para alcançar os objetivos. Num ambiente democrático e tolerante foram capazes para diferenciar as questões de forma correta. Dentro de quinze dias realizam-se eleições livres e democráticas, e o povo é quem mais ordena. Como ouviu dizer ao Dr. Mário Soares “ *As vitórias em democracia são sempre efémeras.*”. Portanto, no dia doze há os vencedores e os vencidos. Celorico da Beira deve ser sempre servido tanto por quem está na oposição como por quem está no poder.-----

-----Finalizou afirmando que “Podem sair de Celorico por mil e uma razões, mas não há uma única razão para Celorico sair de nós”. -----

-----O Senhor **Presidente da Junta de Freguesia do Barçal**, Armando Augusto, começou por apresentar cinco razões pelas quais não se candidata. A quinta razão foi a discordância em relação ao facto de um Presidente de Junta ganhar oitocentos e cinco euros, enquanto os restantes membros ganham apenas duzentos e quarenta euros. A quarta razão está relacionada com o facto de lhe terem sugerido que substituísse o Tesoureiro Vítor Carlos Francisco, que o acompanha há trinta anos, para colocar no seu lugar o candidato do PSD. A Protecção Civil foi o terceiro

motivo, uma vez que o Presidente de Junta é o principal responsável. Durante os incêndios viu na televisão a população, com alguma razão, insultar um Presidente da Junta. Quando o incêndio lavrou no Maçal do Chão sentiu bem essa responsabilidade, pois se o fogo atingisse o Baraçal não estavam preparados. Acredita que nenhuma Junta de Freguesia está preparada, e a Lei estabelece que compete à Junta de Freguesia mandar limpar os terrenos, caso contrário a Junta deve fazê-lo, no entanto não sabe com que recursos. A segunda razão são os seus setenta e cinco anos e quer ser recordado como um Presidente de Junta ativo e não como um empecilho na sociedade. A primeira razão é que, há cinquenta e um anos, teve o privilégio de receber uma menina na Igreja do Espinheiro, acompanhada por um jovem chamado António Lucas e por sua mãe Noémia. Caminharam juntos pela estrada da vida e, atualmente, está gravemente doente. Considera ser seu dever passar um minuto que seja ao seu lado.-----

-----Em relação aos painéis solares referiu que o Senhor Presidente da Câmara já tinha mencionado o Fundão. Deslocou-se, pessoalmente, ao Fundão, onde obteve a informação de que a Câmara é responsável pela decisão final ao passar a licença para a instalação dos painéis. O Senhor Presidente costuma afirmar que as empresas têm ordem da Agência do Ambiente, porém a decisão definitiva é tomada quando a licença para a construção é aprovada. Quanto às linhas de alta tensão, mencionou que quando foi levar o seu neto à escola de Santa Luzia, reparou que naquele local passam seis linhas. Seria prudente realizar um estudo para verificar se de facto está a contaminar as crianças. -----

-----Prosseguiu, dizendo que já disputou eleições por vários partidos, mas nunca teve um partido, pois o seu partido sempre foi o Concelho e a sua Freguesia. Em reuniões do Conselho Municipal de Segurança referiu a existência de umas árvores situadas no Baraçal, cujo abate foi aprovado na Assembleia de Freguesia e nunca se concretizou, continuando as árvores no mesmo local. Em caso de acidente o Senhor Presidente da Câmara e o

Coordenador da Proteção Civil, que é bombeiro, são os principais responsáveis. -----

-----De seguida expressou a sua indignação em relação às homenagens prestadas aos ex-combatentes, pois solicitou, para o Baraçal, uma estátua em homenagem ao Coronel Magalhães Osório, falecido na Guiné-Bissau. O Senhor Presidente da Câmara respondeu que já tinha falecido há bastante tempo. Numa ocasião, questionou o Senhor Presidente sobre a situação da casa do Chiado em Lisboa, propriedade do Município, ao que lhe foi respondido que era responsabilidade do Executivo. Não se sabe se foi vendida, doada ou emprestada. Também sobre o Largo do Apeadeiro mencionou que há três anos deslocaram-se a Lisboa com o Senhor Eng.º Ricardo, que lhe transmitiu que o assunto estava resolvido. Contudo, até ao momento, o Senhor Presidente insiste que está em contacto com os Engenheiros responsáveis, porém não existe nenhum protocolo. Há dois anos, o Senhor Eng.º Ricardo, na Festa do Requeijão, reiterou que não existia nenhum protocolo. Da mesma forma que há oito anos foi mencionada a Clínica Renal e quem assumiu o Executivo deveria ter dado continuidade a essa clínica. Recentemente, o Senhor Presidente da Câmara anunciou a criação de dez postos de trabalho, mas esqueceu-se da célebre reunião realizada no Baraçal, com os Engenheiros de Torre de Moncorvo, que estavam interessados em transportar o minério. Na altura, o Senhor Presidente da Câmara mencionou a sua preocupação com a poluição e o projeto não avançou, perdendo-se cento e quarenta postos de trabalho. Porém, logo a seguir a serra ficou inundada com postes de alta tensão, seguindo em direção ao Bairro de Santa Luzia, passando por cima das habitações. Também anunciou que tinha conseguido dez mil euros para a Feira do Queijo, bem como proclamou diversas vezes que era o campeão das dívidas pagas, mas um dia questionou quanto é que a Câmara recebia a mais e o Senhor Presidente não respondeu. A Junta de Freguesia, no ano de dois mil e dezoito, recebeu seis mil, cento e dezoito euros, por três meses. Atualmente recebe seis mil, novecentos e setenta euros, o que

indica que a Câmara também recebeu esse montante. Isso significa, que a Junta de Freguesia recebe mais cinquenta e nove mil, cento e sessenta e oito euros.-----

-----Por fim fez um elogio ao anterior Presidente da Direção dos Bombeiros Voluntários de Celorico da Beira pela aquisição do armazém Sena, no valor de duzentos e vinte e cinco mil euros. Pagou setenta e cinco mil euros e o banco emprestou cento e cinquenta mil euros. Trata-se de um local que poderia ser utilizado para a realização de eventos, mas que a Câmara utiliza para estacionamento das suas viaturas. Nesse contexto, como sócio dos Bombeiros de Celorico da Beira, expressou a sua gratidão ao Senhor Frederico Sena. Expressou, igualmente, gratidão à Dr.^a Denise Fragona, que deu início aos trabalhos da Assembleia Municipal, e à Dr.^a Antónia Lucas, que os honrou com as suas intervenções, a sua autoridade moral e a oportunidade que lhe deu para falar.-----

-----O Senhor **Presidente da Junta de Freguesia da Mesquitela**, António Joaquim Fernandes Gomes, pretendeu saber a situação do fontanário antigo, localizado na Carvalheda, que se encontra sobre um poço. As paredes do poço estão em derrocada e já informou o Adjunto do Senhor Presidente da Câmara, Dr. Bruno Almeida, e o Senhor Nelson, Encarregado Geral do Município. Além disso, em junho, enviou um ofício dirigido ao Senhor Presidente da Câmara e ficou surpreso ao saber que, dias atrás, o Senhor Presidente foi questionado por um munícipe da Carvalheda sobre o assunto, ao qual respondeu que não tinha conhecimento da situação. De seguida, abordou a questão da habitação do Senhor Luís Gradiz, localizada na Carvalheda e que está a ser recuperada através de uma candidatura. Acontece que o empreiteiro iniciou a obra em fevereiro do presente ano, as pessoas saíram da sua residência há oito meses, sem que ninguém tenha voltado para continuar a obra. Desde então, o casal em questão vive num barracão sem eletricidade e sem água quente para tomar banho. Essa situação deve ser resolvida o mais breve

possível. A obra tem prazo até junho do próximo ano para ser concluída, porém se não tinham capacidade para executar os trabalhos rapidamente, não os deveriam ter iniciado. Atualmente, as pessoas vivem em péssimas condições e essa situação deve ser averiguada.-----

-----Por fim, desejei boa sorte a todos aqueles que os vão suceder, lutando sempre pela melhoria das Freguesias e do Concelho. Para ser um bom candidato e um bom Presidente de Junta não é necessário mudar de partido.-----

-----Em relação à intervenção do Senhor Armando Augusto, o Senhor **Presidente da Câmara Municipal** afirmou que existem situações que não são da responsabilidade da Câmara, no entanto existem compromissos estabelecidos com as Infraestruturas de Portugal.-----

-----Quanto à intervenção do Senhor António Gomes esclareceu que a mencionada habitação encontra-se a ser reabilitada no âmbito do programa do 1º Direito. Contudo, deparam-se, frequentemente, com dificuldades para prosseguir os trabalhos. De qualquer modo, existe um compromisso de continuidade. Muitas das dificuldades decorrem do IHRU, das burocracias existentes e da lentidão dos processos. Embora não seja uma responsabilidade direta da Câmara, estão atentos à situação e será dada uma resposta. No que diz respeito ao fontanário há uma preocupação, pois é património da Aldeia. Nem tudo o que se ouve em conversa de rua deve ser tido em conta. Existem momentos em que as solicitações aumentam e não há capacidade de responder em tempo útil. Nunca abandonaram as suas responsabilidades, mas o mundo e a vida não terminam no dia doze de outubro e isso significa que há uma continuidade de quem estiver no poder. Atualmente, existem obras que já foram adjudicadas e outras para executar, bem como o fontanário que também será intervencionado assim que possível.-----

-----O Senhor **Deputado Joaquim Abreu** disse que, ao concluir mais um mandato na Assembleia Municipal, revê-se num sistema democrático de direito, tanto no regime político como jurídico, onde o poder emana do povo e garante os direitos e liberdades de todos. Esse sistema fundamenta-se na soberania popular, no respeito, no pluralismo político, na separação de poderes, visando a promoção da justiça social através da Lei. Em tempos de mudanças drásticas em todo o planeta, é importante focarem-se na preservação do que há de bom. Ao longo do atual mandato, ouviu muitos discursos, alguns mais diretos outros mais indiretos, mas esse é o objetivo de quem exerce a sua função como deputado. Assim, pelas razões expostas, revê-se no partido que representa. Acredita que ainda pode contribuir mais e melhor na prossecução dos objetivos que todos almejam para a comunidade que integram. Não se sente cansado e, por isso, se disponibilizou para continuar. É uma obrigação, mas, sobretudo, um dever. Na qualidade de representante da política local, expressou um agradecimento e enalteceu aqueles que, ao longo do mandato, em representação das suas bancadas, especialmente aquela que representa, estiveram presentes, disponíveis e demonstraram um verdadeiro companheirismo. Em virtude do espírito democrático e do dever cívico de preservar os valores democráticos, bem como do compromisso com os interesses do Concelho de Celorico da Beira, da região e da sua população, o seu partido é plural, livre e tem proporcionado aos celoricenses, ao longo dos anos, tanto no poder como na oposição, a possibilidade de participar e contribuir para o desenvolvimento do Concelho. -----

-----Por fim, disse que aqueles que, por diversas razões, interrompem a sua prestação, não devem encará-la como um “até nunca mais”. Em vez disso, devem prosseguir com a aprendizagem adquirida, observando e intervindo, pois é uma forma legítima de se manter ativo e de contribuir para a sociedade. Aos que permanecem para enfrentar mais um desafio desejou uma continuidade com o verdadeiro espírito que apregoam, aproveitando a experiência, principalmente a adquirida, juntamente com as novas ideias

que emergem e com a inovação. Aqueles forem eleitos, que colaborem uns com os outros, com o objetivo de promover, desenvolver e qualificar o Concelho de Celorico da Beira e a região da Serra da Estrela. -----

-----O Senhor **Deputado Francisco Cabral** reiterou os cumprimentos efetuados, os quais foram todos muito merecidos. De seguida, deixou um repto importante para incentivar a juventude a comparecer e participar nas Assembleias Municipais, já que frequentemente falam sobre o futuro e não adianta discuti-lo, sem a presença dos jovens, que representam o futuro de Celorico. Para quem for eleito e para quem permanecer em funções sugeriu que aproveitem o intervalo de tempo até à próxima Assembleia Municipal, para refletirem sobre novas estratégias que atraiam os jovens para o debate político, pois é fundamental que o futuro esteja presente na discussão.-----

-----O Senhor **Deputado Carlos Cunha**, em nome da bancada do PSD, começou por agradecer a todos os bombeiros, forças de segurança e à população que combateram os fatídicos incêndios. Os bombeiros são heróis e heroínas e a população também se tornou heroica. Também expressou gratidão por toda a ajuda recebida na sequência dos incêndios que assolaram a região. -----

-----De seguida expressou um agradecimento a todos os Presidentes de Junta de Freguesia e Deputados Municipais que o ajudaram a crescer pessoalmente e que muito ajudaram as suas populações. Ao longo de quatro anos, existiu um debate com muito respeito, democracia e esforço, em prol da população de Celorico da Beira. Agradeceu, igualmente, ao Executivo Municipal por todo o trabalho realizado e, por último, expressou um agradecimento à Senhora Presidente da Assembleia Municipal e aos membros da Mesa pelo período em funções. Manifestou um agradecimento especial “à *amiga*” Antónia, pelo seu trabalho, elevação e independência, enquanto Presidente da Assembleia, bem como por tudo o que lhe ensinou.

-----Por último, mencionou que haverá eleições no dia doze de outubro e manifestou o desejo de que seja um processo de respeito e, sobretudo, de grande elevação.-----

-----A Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** de seguida, de acordo com o disposto no n.º 5, do art.º 22.º, do Regimento da Assembleia Municipal, colocou à votação o Voto de Pesar apresentado pela Bancada do PS e do PSD, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----1. **APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 27/06/2025**-----

-----Foi presente a ata número três, referente à sessão ordinária do dia vinte e sete, do mês de junho, do ano de dois mil e vinte e cinco, cujo texto foi previamente distribuído por todos os membros, para retificação e posterior aprovação.-----

-----**Dispensada a sua leitura e não havendo alterações a efetuar, foi a mesma aprovada, por maioria, com seis abstenções, por não terem estado presentes na mencionada sessão.**-----

-----2. **RESUMO DO EXPEDIENTE PARA CONHECIMENTO DA ASSEMBLEIA**-----

-----O Senhor **Deputado Joaquim Lopes de Abreu**, segundo secretário da mesa da Assembleia, deu conhecimento do expediente da Assembleia Municipal, conforme documento, cuja cópia se anexa a esta ata (1), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta sessão, que se encontra na Secção de Apoio aos Órgãos Municipais, para quem pretenda consultar.-----

-----**3. INFORMAÇÃO ESCRITA DO EX.MO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL, BEM COMO, A SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO**-----

-----Nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/9, o Senhor Presidente da Câmara deu conhecimento por escrito da atividade do Executivo, conforme documento, cuja cópia se anexa a esta ata (2), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta sessão. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** comunicou que a situação financeira permanece estável, resultando de um esforço contínuo realizado nos últimos anos e tem a expectativa de que a situação se mantenha nos próximos anos. O Município continua a cumprir com as suas obrigações financeiras junto dos fornecedores e das instituições bancárias, bem como tem dado respostas às necessidades dos munícipes, com investimentos bem definidos para o futuro. A execução orçamental não difere muito em comparação com os anos anteriores. À presente data, a execução da receita situa-se perto dos sessenta e cinco por cento, enquanto a execução da despesa aproxima-se dos quarenta e um por cento. Essas execuções assemelham-se às execuções verificadas no mesmo período do ano de dois mil e vinte e quatro, notando-se apenas uma redução na execução das despesas de capital, decorrente do atraso na execução de alguns projetos financiados, nomeadamente, aqueles que estão relacionados com o programa do 1º Direito. Foi colocado a concurso público a construção de um prédio de habitação social, ao abrigo do 1º Direito, com um orçamento de um milhão e setecentos mil euros. No entanto, o concurso acabou por ficar deserto, obrigando à realização de um novo procedimento. Essa situação contribuiu para a não execução do projeto até ao final do ano, transitando essa despesa para o ano seguinte.--

-----Relativamente à dívida, afirmou que a dívida a terceiros tem reduzido conforme o previsto, essencialmente, devido à amortização de

empréstimos. Quanto aos resultados financeiros, até ao momento, verifica-se uma melhoria face ao período homólogo do ano anterior, com um aumento nas receitas e uma redução nas despesas. Em suma, a situação financeira permanece sólida, com boas execuções da receita, resultados financeiros superiores face aos mesmos períodos do ano transato e redução do endividamento. Os resultados mencionados podem ser confirmados na Assembleia Municipal de dezembro, aquando da apresentação do relatório do auditor externo, referente ao primeiro semestre.-----

-----**4. DECLARAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL - FIVEBIO ENERGY CELORICO DA BEIRA (F.B.C.B.) LDA** -----

-----Sobre o assunto em título, foi colocada à discussão e aprovação deste Órgão a Emissão de Declaração de Reconhecimento de Interesse Municipal solicitada pela Requerente FiveBio Celorico da Beira (F.B.C.B.) Lda., sociedade por quotas com sede em Avenida Cidade da Guarda, nº 46, 6400-374 Pinhel, tendo por objeto a construção, desenvolvimento, promoção e gestão de instalações de produção de biometano, bem como o transporte, gestão e transformação de resíduos orgânicos não perigosos e o transporte e a comercialização do biometano produzido, a nível nacional e/ou internacional. A atividade da sociedade inclui, igualmente, a produção de combustíveis gasosos (gás), a valorização e o processamento de desperdícios e resíduos não metálicos, a produção de eletricidade e de origem solar, a fabricação de gases industriais e o transporte e comercialização do digerido como fertilizante. -----

-----As edificações serão construídas numa propriedade sita na Quinta dos Ramos – Santa Maria, da União das Freguesias de Celorico (S. Pedro e Santa Maria) e Vila Boa do Mondego, concelho de Celorico da Beira. -----

-----Estima-se a criação de 20 postos de trabalho diretos e até 45 indiretos, nomeadamente em logística, operações e serviços de apoio,

contribuindo para dinamizar a economia rural e fixar a população no concelho de Celorico da Beira.-----

-----O custo económico do investimento total previsto para a concretização deste projeto ultrapassa os 47 milhões de euros, assegurado através de financiamento estruturado com parceiros de referência no setor energético e ambiental. A nível sociais associados ao projeto, a energia renovável promove uma melhor saúde, cria oportunidades de emprego e desenvolve sentido económico.-----

-----Após análise da pretensão através do regulamento e respetivas cartas do PDM de Celorico da Beira, conclui-se que é possível a requerente realizar a proposta - Construção de uma central de biogás, verificados todos os requisitos e condicionantes acima descritos.-----

-----Salienta-se ainda que a pretensão carecerá de pareceres externos ao município, nomeadamente por parte da CMGIDF Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais, da APA – Agência Portuguesa do Ambiente e da DGEG – Direção Geral de Energia e Geologia.-----

-----Na análise do interesse público municipal deverá ter-se por base a ponderação dos interesses sociais e económicos da atividade no Município, sem esquecer os interesses ambientais, sendo que no caso relevam sobremaneira uns e outros na instalação de uma atividade económica que importa quer à economia local quer nacional.-----

-----O interesse económico e social do biogás é manifestamente relevante no quadro atual e aporta benefícios à sociedade e a economia. ---

-----No âmbito dos interesses económicos o biogás é bastante significativo, pois ele oferece diversas vantagens que podem gerar benefícios financeiros e ambientais, nomeadamente na redução de custos energéticos, a geração de renda e empregos, valorização dos resíduos.-----

-----No âmbito dos interesses sociais, permite uma melhoria da qualidade de vida, inclusão social e desenvolvimento sustentável.-----

-----No plano ambiental, o projeto já passou por análises técnicas e estudos de compatibilidade territorial, não tendo sido identificados impactos

significativos em áreas naturais protegidas ou em habitats prioritários. As medidas de mitigação previstas incluem monitorização de qualidade do solo e das águas, controlo de emissões atmosféricas, zonas de contenção de resíduos e sistemas de segurança contra riscos de incêndio e acidentes industriais. -----

-----O projeto em apreço permite: -----

-----A redução de emissões de gases de efeito estufa, pois ajuda a diminuir a pegada de carbono e combate das alterações climáticas; -----

-----A gestão de resíduos, uma vez que ao utilizar os resíduos orgânicos evita a rejeição inadequada dos mesmos, que poderiam contaminar solo, água e ar; -----

-----Diminuição da poluição, pois reduz a necessidade de queima de combustíveis fósseis e diminui a emissão de poluentes atmosféricos, contribuindo para a melhora da qualidade do ar;-----

-----Recuperação de recursos, uma vez que a produção de biogás também gera biofertilizantes, que podem ser utilizados na agricultura, promovendo uma agricultura mais sustentável e reduzindo o uso de fertilizantes químicos;-----

-----Conservação de recursos naturais, pois ajuda a diminuir a exploração de fontes não renováveis, como petróleo e carvão;-----

-----Mitigação de odores, o uso de biodigestores para tratar resíduos orgânicos reduz odores desagradáveis, melhorando a qualidade de vida nas áreas próximas às instalações. -----

-----Em suma, o biogás é uma energia renovável que promove a sustentabilidade ambiental, ajudando a reduzir impactos negativos, proteger recursos naturais e contribuir para um planeta mais saudável. -----

-----O projeto será desenvolvido numa propriedade com a dimensão de cerca de 159.000,00 ha e uma área da unidade de digestão anaeróbia de aproximadamente 115.000 m², será alimentada por duas linhas de matérias-primas: uma linha de líquidos e uma linha de sólidos.-----

-----É um projeto inovador, de relevante interesse público nacional e local, sendo que vai contribuir para a redução das importações de gás natural utilizado nos setores industriais e doméstico, descarbonizar a economia nacional e atrair novas indústrias verdes, impulsionando a transição para uma economia neutra em carbono, gerando emprego, promovendo coesão territorial e potenciando o crescimento económico sustentado ao permitir a descarbonização da indústria nacional.-----

-----Por último, não menos importante, o impacto ambiental. Ao serem usados biorresíduos que de outra forma podem contaminar solos e águas, contribui-se para a economia circular. Energia, fertilizantes – produtos finais de uma alternativa de baixo carbono que ganha cada vez mais apoio.

-----O projeto propõe transformar cerca de 240.000 toneladas/ano de resíduos orgânicos em aproximadamente 150 GWh/ano de biometano, tal permite substituir uma parte significativa do consumo de gás fóssil. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** esclareceu que se trata de um grupo económico interessado em investir em Celorico da Beira. Já adquiriu uma quinta, por um milhão de euros, e pretende realizar um conjunto de investimentos. Para agilizar o processo e ultrapassar alguns obstáculos, solicitaram que o projeto fosse reconhecido como de interesse nacional. Estão a adotar todas as medidas necessárias nesse sentido, tal como fizeram em Pinhel e, atualmente, da mesma forma em Celorico da Beira. O que significa que para ultrapassar alguns constrangimentos associados, inclusivamente, com o PDM – Plano Diretor Municipal, existe todo o interesse numa Declaração de Interesse Municipal, à semelhança da pretensão concedida pelo Município de Pinhel. A atividade da empresa inclui a produção de combustíveis gasosos (gás), a valorização e o processamento de desperdícios e resíduos não metálicos, a produção de eletricidade e de origem solar, a fabricação de gases industriais e o transporte e comercialização do digerido como fertilizante. Prevê-se a criação de vinte empregos diretos e até quarenta e cinco indiretos. O

investimento total previsto para a concretização do projeto ultrapassa os quarenta e sete milhões de euros, garantido através de financiamento estruturado com parceiros de referência no setor energético e ambiental.-----

-----**Submetida a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Declaração de Reconhecimento de Interesse Municipal para a instalação de uma central de biogás e instalação solar.** -----

-----**5. ADITAMENTO (SEGUNDO) AO CONTRATO DE ARRENDAMENTO PARA FINS NÃO HABITACIONAIS, CELEBRADO EM 25 DE JULHO DE 2023**-----

-----Foi presente para conhecimento da Assembleia Municipal, a proposta em epígrafe, referente ao contrato de arrendamento celebrado com a ALSS – Associação Lageosense de Solidariedade Social, em 25 de julho de 2023, para efeitos de renovação pelo período de um ano.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** passou a palavra ao Senhor Vereador José Alfredo. -----

-----O Senhor **Vereador José Alfredo** esclareceu que se trata de um segundo aditamento a um contrato celebrado em dois mil e vinte e três entre o Município e a Associação Lageosense de Solidariedade Social. Em abril desse ano, a Associação comunicou ao Município a intenção de interromper a oferta da componente de apoio à família e ATL. Para que o Município pudesse manter esse serviço de apoio às crianças do primeiro ciclo e do pré-escolar, era necessário encontrar um local adequado. Como não existia outro edifício disponível, celebrou-se, pelo prazo de um ano, um contrato de arrendamento do edifício que estava a ser utilizado pela Associação Lageosense para esse fim. No momento dá-se conhecimento do segundo aditamento.-----

-----Mais comunicou que o Município oferece essa valência nas instalações da Associação, porém, houve o cuidado de solicitar à Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares uma vistoria, para verificar se as instalações estavam adequadas para continuar com essa valência. Como o parecer foi favorável, continuam a utilizar essas instalações até encontrar outra forma de manter essa componente de apoio à família. No futuro é preciso considerar outras soluções, como a construção de um novo edifício ou, eventualmente, adquirir o atual.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** acrescentou que o edifício em questão foi um recurso, com todas as autorizações legais da tutela. Está em análise a possibilidade de realizar uma intervenção na escola da Lageosa, com o objetivo de adicionar outras valências ou, eventualmente, adquirir aquele edifício, que teria de ser reformulado para outras necessidades. Observa-se um crescimento da população infantil e é penalizador para o Concelho se um casal não permanecer em Celorico da Beira, devido à falta de vagas nas creches. Relativamente à solução encontrada, consideram que era fundamental e determinante, até porque tem existido uma inversão de ciclo e a escola da Lageosa acolhe crianças das aldeias limítrofes. Atualmente, as escolas de Celorico da Beira e Lageosa do Mondego podem ser insuficientes e, futuramente, será necessário reconsiderar a abertura de algumas que foram encerradas. Seria um bom indicador para a revitalização do tecido social de Celorico da Beira. -----

-----**A Assembleia Municipal tomou conhecimento.**-----

-----A Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** mencionou que, desde que decidiu assumir funções, dedicou-se com plena consciência e emoção, tendo também recebido muito apoio. Em nenhum momento se sentiu sozinha, sempre contou com o apoio de toda a Assembleia,

especialmente, dos secretários da Mesa, a quem expressou a sua gratidão. Manifestou, igualmente, um agradecimento à bancada do Partido Socialista, pelo exercício de uma oposição construtiva, mantendo respeito mútuo e urbanidade, apesar das divergências de opinião, em especial, ao Senhor Deputado José Miguel Figueiredo, que colocou as suas questões, elevou o discurso e incentivou a conscientizar todos sobre a importância de trabalharem e estudarem temas, além dos habituais de uma Assembleia Municipal. De seguida, expressou um sentido agradecimento à bancada do PSD, nomeadamente, ao Senhor Deputado Carlos Cunha, pelo trabalho que realizado e pelo apoio mútuo. Manifestou um profundo reconhecimento pelo facto de, durante seis anos, ter exercido as funções de Primeira Secretária e pela oportunidade de aprender com a Presidente que a antecedeu, Dr.ª Denise Fragona. -----

-----Agradeceu às funcionárias do Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais, Isabel Inocêncio e Marina Chagas, que sempre estiveram ao seu lado e contribuíram significativamente para a alta qualidade dos materiais elaborados e apresentados na Assembleia Municipal. -----

-----Também, desejou sucesso ao Executivo Municipal que vai a eleições. -----

-----Por fim, apelou para que no dia doze de outubro as pessoas exerçam o seu direito de voto, pois é assim que a democracia se cumpre, permitindo que todos tenham voz mais ativa e sejam representadas. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** reconheceu a valiosa contribuição da Senhora Ex-Presidente da Assembleia Municipal, Dr.ª Denise Fragona, a quem já tinha expressado a sua gratidão anteriormente.-----

-----**APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA**-----

-----**A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar esta ata em minuta, nos termos do n.º 3, do art.º 57.º, da Lei n.º**

75/2013, de 12 de setembro, para imediata execução das deliberações nela contidas.-----

-----Finalizada a ordem de trabalhos e nada mais havendo a tratar, a sessão foi dada por encerrada pela Senhora Presidente da Mesa da Assembleia, eram dezassete horas, da qual se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelos membros da Mesa da Assembleia.-----

----- A Presidente da Mesa -----

----- O Primeiro Secretário -----

----- O Segundo Secretário -----